



Exmo. Senhor  
Deputado António Maló de Abreu  
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde  
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 29 de agosto de 2022

**Assunto:** Pedido de Audição Urgente da Ministra da Saúde, na Comissão de Saúde.

Senhor Presidente,

Foi hoje distribuído pelos serviços da Comissão o Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas, relativo a 2021.

Se optarmos por uma análise mais superficial deste Relatório, podemos ler no seu Sumário Executivo que:

- ✓ “(...) No que se refere à taxa de mortalidade infantil (até ao primeiro ano de vida), manteve-se o valor registado em 2020, ou seja, 2,4 óbitos por cada mil nados-vivos, resultado que continua a colocar Portugal como um dos países com melhores resultados a nível mundial. No total, verificaram-se 191 óbitos infantis (-14 do que em 2020). (...)”;
- ✓ “(...) No âmbito do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, (i) a recuperação e expansão nos rastreios oncológicos de base populacional (mama, colo do útero e cólon e reto); (ii) no âmbito do rastreio do Cancro da Mama, salienta-se, em 2021, a cobertura geográfica de 91%, a taxa de adesão ao rastreio de 54,2% das mulheres convidadas, a realização de 13.724 consultas de aferição e a identificação de 2.244 casos para avaliação hospitalar; (iii) no âmbito do rastreio do Cancro do Colo do Útero, reporta-se uma cobertura geográfica de 100%, uma taxa de adesão ao rastreio de 95,2% das mulheres convidadas e a identificação de 12.343 lesões suspeitas nas consultas de patologia cervical

*hospitalar; (iv) no âmbito do rastreio do Cancro do Cólon e Reto, reporta-se uma cobertura geográfica de 100%, tendo havido uma taxa de adesão de 50,1% dos utentes convidados e tendo sido referenciados para avaliação hospitalar 549 utentes. (...)*”;

✓ “(...) No âmbito do Programa Nacional para as Infecções Sexualmente Transmissíveis e Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana, (i) a redução da percentagem de diagnósticos tardios, de 53,3% em 2018, para 48% em 2019; (ii) a notificação de zero casos de transmissão de VIH em crianças (<15 anos); (iii) o conhecimento de que Portugal terá já diagnosticado 95% das pessoas que vivem com VIH, alcançando assim a meta de diagnosticar 95% das pessoas que vivem com a infeção preconizada para 2030; (iv) a manutenção da dispensa direta ao público do autoteste para VIH através das farmácias comunitárias, iniciada em outubro de 2019. (...)”;

✓ “(...) O quarto capítulo é dedicado aos cuidados de saúde primários. O investimento feito nos últimos anos em capacitar este nível de prestação de cuidados, que se deve constituir como o ponto de acesso primordial dos cidadãos ao SNS, tem sido notório e observável em indicadores como o número de unidades funcionais do tipo Unidade de Saúde Familiar e a evolução das consultas médicas, de enfermagem e de outros profissionais de saúde. Em 2021, apesar de ainda se sentir o impacto causado pela pandemia por COVID-19, são de realçar os seguintes resultados: (i) a existência de mais 17 novas Unidades de Saúde Familiar face a 2020, com o modelo USF a abranger 65,7% da população inscrita nos cuidados de saúde primários; (ii) a existência de 268 UCC, assegurando a cobertura de 96,8% dos residentes no continente; (iii) a existência de 88,8% de cidadãos inscritos nos CSP com médico de família atribuído apesar do saldo negativo de 71 médicos da especialidade de Medicina Geral e Familiar no período; (iv) a existência de 85,4% de cidadãos inscritos nos CSP com enfermeiro de família atribuído; (v) a realização de mais de 36 milhões de consultas médicas e de mais de 25 milhões de consultas de enfermagem.”;

✓ “O quinto capítulo trata dos cuidados de saúde hospitalares. Em 2021, sobretudo nos primeiros meses do ano, este nível de prestação de cuidados manteve-se essencial para a abordagem das necessidades de tratamento da doença COVID-19 grave, tendo sido dada continuidade ao trabalho realizado no ano anterior em termos de capacidade ajustável de resposta à COVID-19, mas assegurando a retoma da

*atividade assistencial não COVID-19. Em 2021, já é possível comprovar o crescimento generalizado do volume assistencial nos hospitais do SNS, face ao ano anterior, nomeadamente: (i) aumento significativo do número de primeiras consultas externas hospitalares (+17,3%), e do número total de consultas externas hospitalares (+11,5%); (ii) aumento das intervenções cirúrgicas, programadas (+25,6%), assim como das convencionais e de ambulatório; (iii) aumento do número de consultas realizadas no âmbito da Consulta e Tempo e Horas (CTH) em cerca de 13,9%, em relação ao ano anterior; (iv) melhoria do grau de cumprimento dos TMRG, face ao período homólogo; (v) aumento do número de operados no âmbito do SIGIC, face ao ano anterior (+ 22,5%), tendo sido operados mais de 629 mil doentes. Concretamente, na área oncológica, registou-se um aumento de 24,2% em relação ao 2020; (vi) aumento do número de episódios de urgência em 14,1% face a 2020.;*

- ✓ *“O sexto capítulo centra-se nos cuidados continuados integrados sendo de destacar, do trabalho desenvolvido nesta área, (i) o aumento em 3,5% do número de vagas de internamento na RNCCI face a 2020, contabilizando um total de 9.797 vagas divididas entre 9.593 das tipologias UC, UMDR e ULDM, 17 referentes a UCIP nível 1 e 187 na área da saúde mental; (ii) a existência de 292 ECCI no final de 2020 (+0,3% em relação a 2020), com 5.646 vagas para cuidados domiciliários da RNCCI, cerca de 37% da totalidade da capacidade da rede geral (15.778 vagas no total da RNCCI, +2,6% face ao ano anterior), (iii) o atendimento de 48.733 utentes, um acréscimo de 6% em relação a 2020.”*
  
- ✓ *“O sétimo capítulo foca os cuidados paliativos nos quais Portugal tem definido estratégias de aumento de respostas quer a nível hospitalar quer a nível comunitário. Das atividades prosseguidas e resultados alcançados em 2021 destacam-se: (i) o Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos para o biénio 2021-2022; (ii) a existência de 45 Equipas Intra-Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos (EIHSCP); (iii) a existência de 7 EIHSCP-Pediátricas (5 especializadas); (iv) a existência de 33 equipas comunitárias ou domiciliárias de suporte em cuidados paliativos, de 17 Unidades de Cuidados Paliativos (UCP) hospitalares e de 14 UCP-RNCCI; (vi) a cobertura geográfica total de cuidados paliativos, ao nível distrital. (...);”*



- ✓ “(...) O presente Relatório do Acesso a Cuidados de Saúde nos estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas, apresenta dados que demonstram de forma inequívoca a retoma de atividade assistencial observada em 2021, apesar de coexistência com necessidades de seguimento de doentes no contexto da pandemia COVID-19 e do esforço de vacinação prosseguido. Esta resposta do Serviço Nacional de Saúde só foi possível pela sua capacidade de funcionamento em rede e em articulação com outros parceiros, bem como pelo trabalho dos seus profissionais.”

Em suma, uma análise superficial do Relatório dá a ideia de que tudo está bem no SNS, de que a atividade assistencial foi, normalmente, retomada, de que tudo corre bem na RNCCI e na RNCP, fica-se com a ideia de que os Cuidados de Saúde Primários funcionam melhor que nunca e de que não há qualquer problema no acesso a Cuidados Hospitalares.

Puro engano. Pura ilusão.

Se é certo que o presente Relatório diz respeito a 2021, mais certo é que tendo sido o acesso ao SNS praticamente interrompido durante o ano anterior (2020), não seria difícil que os resultados aqui apresentados fossem “menos maus” do que os de 2020.

Por isso mesmo, consideramos que importa analisar cuidadosamente os dados deste Relatório, não em comparação com o ano anterior, mas comparando-os com os do período pré-pandemia. E, se o fizermos, pode constatar-se que a recuperação da atividade não é assim tão positiva e que muitas outras áreas estão muito aquém do que se possa considerar como acesso a cuidados de saúde universais e atempados.

Mais: estamos no final de agosto de 2022 e parece-nos até bizarro que não tenha havido o cuidado de integrar, neste Relatório, comentários e reflexões sérias sobre o que todos sabemos ser o panorama atual – ao dia de hoje – no acesso a cuidados de saúde no SNS. A Iniciativa Liberal considera que a excecionalidade da situação verdadeiramente dramática e caótica que se vive no SNS assim o justificava.



E não teria sido benéfico introduzir neste Relatório uma reflexão sobre os dados da mortalidade em 2021, tendo em conta os dados que têm vindo a público e que quem produziu este Relatório certamente também conhece? A nosso ver, sim.

No que diz respeito aos cuidados oncológicos, não teria feito sentido introduzir uma análise, neste Relatório, relativa aos diagnósticos tardios que se verificaram em consequência da pandemia? A nosso ver, teria.

Em relação aos Cuidados Continuados Integrados e aos Cuidados Paliativos, não importava, também, ter no Relatório uma reflexão sobre os dados disponibilizados e sobre as queixas que se ouvem diariamente de quem está no terreno? Não temos dúvidas que sim.

Creemos, também, que não será demais relembrar que em julho deste ano, 1.466.197 pessoas não tinham médico de família atribuído (dados do Portal da Transparência do SNS). Portanto, consideramos que não, não é “notório” o “investimento” feito nos Cuidados de Saúde Primários.

E se olharmos para os Cuidados Hospitalares, mesmo com os dados do Relatório relativos a 2021, talvez não seja despropositado recordar o caos que se tem vivido nos últimos meses deste ano - com serviços de urgência fechados de norte a sul do país e médicos a serem transferidos das consultas para as urgências - e perguntar: as pessoas estão de facto a ter acesso quando precisam? E esse acesso é atempado e de qualidade?

Muitos outros exemplos poderíamos aqui deixar que justificam uma audição urgente da Ministra da Saúde para que possa vir explicar ao Parlamento os dados deste Relatório relativo a 2021, mas, também - e porque será certamente mais produtivo -, responder às questões que temos para lhe colocar relativamente às quais a Senhora Ministra terá certamente dados mais atuais, de que o Parlamento não dispõe.



Para a Iniciativa Liberal o escrutínio é essencial e determinante, mas não basta escrutinar dados que estarão, manifestamente, desatualizados. É determinante discutir o panorama, o contexto e a realidade da Saúde em Portugal, agora, ao dia de hoje. E é imprescindível que o Parlamento saiba o que perspectiva e planeia o Governo para o futuro, em consequência da realidade atual e face aos recursos que, agora, existem – isto porque as medidas que têm vindo a ser anunciadas ainda não produziram efeitos visíveis, têm sido inconsequentes e meramente propagandísticas.

A Iniciativa Liberal constata que o essencial continua por fazer: uma reforma estratégica e estrutural do SNS.

Neste sentido e, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie uma audição, **com carácter de urgência**, da Senhora Ministra da Saúde, na Comissão de Saúde, para prestar todos os esclarecimentos sobre o Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas, relativo a 2021, e para explicar ao Parlamento as perspetivas e planos do Governo para o futuro do SNS.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Joana Cordeiro

Carla Castro

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha